

O anti-engelsismo: um compromisso contra o materialismo *

Caio Navarro de Toledo

O termo “dogmático” tem sabor filosófico muito particular: é a palavra que os idealistas e agnósticos usam com mais gosto contra o materialismo” (Lênin).

O recurso à práxis constitui-se frequentemente, dentro do marxismo, num modo de não falar ou de falar pouco do materialismo (Sebastiano Timpanaro).

Introdução

Aos clássicos do marxismo a acirrada polêmica e o intenso debate teóricos nunca foram práticas estranhas; pelo contrário, constituíram-se em procedimentos frequentes e amplamente difundidos em virtude da compreensão que se tinha acerca das tarefas e exigências requeridas na luta pelo avanço do pensamento e da revolução socialistas. A luta teórica e ideológica que se travava — seja na forma do combate às obras

* Artigo publicado no no. 2 da *Revista Teoria & Política*. 1980. O texto original pode ser encontrado no site de marxismo21 ([seção Memória de esquerda](#)). Para inserção no dossiê Friedrich Engels, publicado por marxismo21, o texto sofreu correções ortográficas e de pontuação.

dos pensadores burgueses que exerciam influência no ambiente cultural e político da época, seja na forma da denúncia dos revisionismos e erros de interpretação daquilo que se entendia constituir os fundamentos do socialismo científico— impunha que todas as obras produzidas fossem objeto de amplo questionamento crítico e de avaliação criteriosa. A complacência, o talmudismo e o dogmatismo eram, assim, atitudes e práticas desconhecidas nos meios intelectuais socialistas.

Como assinalou um estudioso, tais debates —muitas vezes realizados de forma apaixonada— eram “no essencial informados por um *estudo aprofundado e íntimo dos trabalhos uns. dos outros*”.¹

Nenhum intérprete e historiador do marxismo deixa de reconhecer que este período de vigorosas controvérsias dentro do pensamento socialista foi decisivo para o avanço teórico do marxismo e para o seu desenvolvimento em escala mundial. Em certa medida, pode-se mesmo aventurar a hipótese segundo a qual, hoje, a chamada “crise do marxismo” tem muito a ver com a perda deste caráter polêmico e crítico que sempre representou o marxismo —particularmente naqueles momentos em que o debate e a produção teórica não se faziam distantes das lutas sociais.

Em seu 1º número, *Teoria & Política* publica um artigo² que se pretende polêmico e que, em suas palavras, se afirma *ousado. Polêmico* na medida em que atribui a Friedrich Engels a paternidade, dentro do marxismo, daquilo que o autor

¹ Anderson, Perry, *Sur le marxisme occidental*. Paris, Maspero, 1977, pág. 97 (grifos nossos).

² “Introdução à crítica do dogmatismo” de Adelmo Genro Filho. A partir de agora, indicaremos o nome do autor através de suas iniciais: AGF.

denominou de “dogmatismo naturalista”; *ousado* porque julga — ao propor, hoje, aos marxistas brasileiros a tarefa de se escrever o “anti-Engels”— estar defendendo uma tese original, inédita e revolucionária dentro do pensamento marxista contemporâneo. De imediato e à guisa de introdução, dois breves comentários poderiam ser feitos:

a) *O “dogmatismo naturalista” de Engels: uma tese não-demonstrada*

O autor do ensaio participa de uma equívoca e simplista concepção de trabalho polêmico, pois, ao denunciar o “dogmatismo naturalista” existente na obra filosófica de Engels, dispensa-se inteiramente da tarefa teórica de demonstrar —através de argumentos, provas e razões— a tese que sustenta. Se a discussão de uma tese tão genérica como esta imporia uma avaliação criteriosa e uma análise minuciosa do conjunto dos trabalhos filosóficos de Engels, o que se pode afirmar quando o polemista não arrola sequer uma única frase do autor criticado?³

Seria esta nossa exigência um “vício acadêmico”? A nosso ver, esta possível objeção não teria o menor fundamento, pois, como foi observado, qualquer polêmica —se se pretende teórica e politicamente consequente— deve ser feita de forma rigorosa e com o pleno conhecimento da obra que se pretende criticar. Esta recomendação não procede necessariamente dos meios acadêmicos; ela foi irrepreensivelmente praticada pelos clássicos do marxismo.

Talvez o autor pudesse contra-argumentar que deixou de utilizar o recurso das citações e da análise sistemática dos

³ Na verdade, faça-se justiça, o autor cita — através de um texto de Stálin — uma frase de Engels.

textos engelsianos posto que existiria um amplo conhecimento, por parte do público marxista em geral, daquilo que denominou de “tendência naturalista que percorre a obra de Engels”. Embora sejamos obrigados a conceder que existe uma relativa concordância, entre os intérpretes do marxismo, acerca desta última afirmação, *não há absolutamente qualquer consenso* — a não ser entre os pensadores antimarxistas— *sobre o chamado “dogmatismo naturalista” na obra filosófica de Engels.*⁴

A rigor, não pode haver polêmica alguma quando o discurso é um conjunto de proposições cujas teses nunca são demonstradas. Defender teses “heterodoxas” e “ousadas” — sem a menor preocupação de justificá-las teoricamente— não contribui, a nosso ver, para fazer avançar o pensamento crítico e a luta ideológica no seio do marxismo. Combater um (pretense) dogmatismo através de um procedimento dogmático é, no mínimo, um paradoxo lógico.

b) *A longa trajetória do anti-engelsismo*

Ao afirmar o caráter ousado de seu ensaio e insinuar a originalidade da tese central que procura defender (escrever,

⁴ A “demonstração” do “dogmatismo engelsiano” surge de uma forma indireta, à maneira silogística. A nosso ver, constrói-se no texto de AGF o seguinte argumento: “Stálin é um pensador dogmático naturalista”; “Stálin reproduz o pensamento filosófico de Engels”. Donde se conclui que: “O pensamento filosófico de Engels é dogmático naturalista”. AGF julga provar a veracidade da 1.^a premissa através da análise de alguns trechos do famoso ensaio de Stálin; a veracidade da 2.^a é dada como assentada no interior do pensamento marxista (afirma AGF: “no rastro de Engels...”; “com base na obra da, Engels, Stálin...”). Desde Aristóteles, sabe-se que este tipo de raciocínio silogístico não é correto do ponto de vista lógico; ou seja, as premissas não implicam necessariamente a conclusão. A conclusão, mesmo que as premissas fossem verdadeiras, é *falaciosa*.

hoje, o “Anti-Engels”), AGF parecer ignorar alguns aspectos do desenvolvimento do pensamento marxista no ocidente. Desconhece ele. que o anti-engelsismo não é apenas uma realidade teórica, como também se constitui numa das teses mais acalentadas e mais difundidas pelo chamado “marxismo ocidental”?

Que ilustre pensador marxista do ocidente não formulou restrições e objeções à obra filosófica de Engels? Embora cada um fundamente de forma diversa suas críticas ao pensamento filosófico de Engels, pode-se, contudo, afirmar que G. Lukács, K. Korsch, A. Gramsci, J. P. Sartre, T. Adorno, H. Marcuse, L. Goldmann, L. Colletti e outros coincidem na proposta teórica de distinguir e postular a autonomia da obra teórica de Marx em relação à de Engels. Em outras palavras, todos estes autores defenderam a tese de que é tarefa essencial e inadiável, para a reabilitação e revigoração do marxismo, “salvar” a obra de Marx da contaminação —“metafísica”, “positivista”, “naturalista”, “dogmática”, “mecanicista”, “determinista”, “fatalista” etc.— a que ela esteve sujeita em virtude da malsinada atividade filosófica perpetrada por Engels.⁵

Tal como está construído o seu discurso, AGF conduz o leitor a pensar que a necessidade da elaboração do “anti-Engels” — tarefa revolucionária no interior do marxismo contemporâneo, afirma ele— é uma conclusão a que chegou através de uma reflexão eminentemente pessoal. Tudo sugere, no texto em

⁵ Todos os autores acima — que constituem o “marxismo ocidental” — são unânimes em reconhecer a fecunda contribuição de Engels ao nível da historiografia marxista. Alguns chegam até mesmo a afirmar que os juízos históricos de Engels foram quase sempre superiores aos de Marx. Contudo, a teoria do materialismo histórico é da exclusiva autoria de Marx. V. Anderson, Perry *L'État absolutiste*, Ed. Maspero, 1978. Esclareça-se que P. Anderson não se inclui no rol dos marxistas antiengelsianos.

questão, que estamos assim diante de uma tese original e inédita dentro da história do marxismo. Mesmo admitindo aqui a hipótese de que não ignore a existência daquele debate, inaugurado em 1919 com a publicação do conhecido ensaio de G. Lukács,⁶ argumentamos que AGF não apenas deveria se referir a esta realidade teórica dentro do marxismo, como, e principalmente, deveria ele se *definir* em relação a qual interpretação do *marxismo anti-engelsiano* se filia ou, então, rejeita. Se o autor tem plena consciência de que sua proposta nada tem de original, deveria, a nosso ver, delimitar e explicitar a *especificidade* da sua postura teórica no âmbito do marxismo ocidental anti-engelsiano. Ou seja, num artigo que se pretende polêmico e ousado, seria de se esperar que fossem indicadas e demonstradas as insuficiências teóricas e os equívocos políticos nos quais incorrem aquelas interpretações que defenderam, muito antes de AGF, a tese de um marxismo *sem os trabalhos filosóficos de Engels*.

Em suma, caberia ao autor justificar teoricamente: de um lado, a razão pela qual, em seu texto, omite qualquer referência à existência e aos desdobramentos daquela polêmica; de outro lado, por que propõe retomar, hoje, uma tese pouco original dentro do pensamento marxista. Contudo, mais importante do que isso: deveria ele nos convencer, com argumentos e evidências teóricas, de que a sua proposta *supera criticamente* todas as interpretações do marxismo anti-engelsiano até agora formuladas.

Esclareça-se novamente que —ao enfatizarmos a necessidade de uma explícita definição do autor face às teses anti-engelsianas postuladas pelo “marxismo ocidental” — não nos

⁶ Lukács, G., “O que é o marxismo ortodoxo?” *In: História e consciência de classe*.

movemos a partir de qualquer viés de cunho academicizante, onde a exigência de erudição frequentemente escamoteia a originalidade da reflexão pessoal e crítica. O que nos surpreende no artigo de AGF é que, ao formular uma tese de tamanha importância teórica e política dentro do pensamento marxista, desconsidera ele um rico e problemático debate em tomo desta específica e polêmica questão. Prescindir do conhecimento da tradição teórica e do debate no interior do marxismo tem levado a alguns equívocos. Assim, algumas teses que hoje aparecem como “avançadas” e “revolucionárias” nada mais são do que falsas e superadas propostas teóricas e políticas dentro do marxismo.

Na verdade, justamente ao contrário do que parece supor AGF, “ousadia” no marxismo ocidental é postular, hoje, a defesa do trabalho filosófico realizado por Engels na sua fase de maturidade.

O presente artigo não visa, contrapondo-se à proposta de AGF (“escrever o ‘anti-Engels’”), propor à maneira dos títulos editoriais da moda, a realização do “a favor de Engels”. Os limites de um breve artigo tomariam este projeto não apenas ingênuo como também uma farsa da pior qualidade teórica. De início, esclareça-se também que —embora suscitados pela leitura do ensaio de AGF— não se trata aqui de polemizar com todas as teses e múltiplos aspectos da interpretação do marxismo ali presente.⁷

⁷ Alguns dos conceitos e temas contidos no ensaio referido (muitas vezes insuficientemente desenvolvidos): ontologia marxista, filosofia da práxis, determinismo, alienação, dogmatismo etc. Relações entre: materialismo histórico e materialismo dialético; dialética marxista/dialética hegeliana; teoria/política; acaso/necessidade; voluntarismo/fatalismo; homem/natureza etc.

Neste artigo buscaremos examinar alguns aspectos da obra filosófica de Engels. Particularmente, procuraremos ressaltar os méritos e o valor do projeto engelsiano de enfrentar —a partir de um ponto de vista estritamente materialista— a problemática teórica da ciências naturais de sua época. Valendo-se de alguns intérpretes da obra de Engels, buscar-se-á aqui esclarecer o sentido da empresa engelsiana de articular o materialismo histórico com as ciências da natureza. De outro lado, ao procurar discutir as teses principais de alguns representantes do marxismo ocidental, tentaremos mostrar os riscos e as dificuldades teóricas e políticas nos quais se enredam algumas das interpretações anti-engelsianas do marxismo.

Marx: o projeto teórico e Engels

Como uma questão preliminar, talvez devêssemos examinar e discutir a relação que Marx manteve com o projeto teórico de Engels no sentido de se constituir urna filosofia materialista — o materialismo dialético.

A Marx era indiferente este projeto? Representava a tentativa engelsiana um enorme equívoco teórico, “absolutamente estranho ao genuíno pensamento de Marx”? Ou ainda, como observa o autor: teria Marx assistido, sem pestanejar, “a destruição de sua própria filosofia pelo seu mais íntimo amigo e colaborador”?⁸

Apesar de reconhecermos que existiu entre Marx e Engels “uma colaboração intelectual sem outro exemplo na história do pensamento”⁹, entendemos, contudo, ser possível estabelecer uma relativa autonomia da produção teórica de um face à do outro. Não advogamos, pois, a dogmática tese defendida por

⁸ Timpanaro, Sebastiano, *Práxis, materialismo y estructuralismo*, Barcelona, 1973, pág. 75.

⁹ Anderson, Perry, 1977, pág. 11.

alguns porta-vozes de partidos comunistas oficiais e pela “filosofia soviética” —particularmente a partir do período da “guerra fria”— segundo a qual existiria uma absoluta identidade ou homogeneidade entre os pensamentos de Marx e Engels.¹⁰ Para nós, a relativa autonomia entre seus pensamentos —condição para a fecunda e criadora cooperação intelectual— não significou, porém, uma oposição ou divergência nas linhas fundamentais da teoria, da pesquisa e da produção crítica de um e de outro.

Ao contrário daqueles que pretendem subestimar a contribuição teórica de Engels, deve-se afirmar que não estamos, em absoluto, diante de uma relação “entre mestre e discípulo” ou “entre criador e divulgador”. Embora Engels sempre tenha reconhecido a “superioridade” de Marx e ressaltado que suas obras tinham uma “certa participação independente”¹¹, é tarefa das mais difíceis distinguir divergências entre as suas obras. Este reconhecimento é compartilhado por um discípulo da Escola de Frankfurt, severo crítico da obra de Engels: “(...) é oportuno sublinhar que, quaisquer que sejam as críticas contra Engels, não se trata de buscar uma pura e simples linha de demarcação entre seu pensamento e o de Marx. Que isto somente é possível de forma limitada demonstra o fato de que, em qualquer crítica dirigida

¹⁰ Jones, G. Stedman, “Retrato de Engels”. In: Hobsbawn, E. J., *História do Marxismo*, Paz e Terra, 1980.

¹¹ Ironicamente, talvez tenha sido a modéstia e a extrema honestidade intelectual de Engels, a responsável, em certa medida, pela injusta apreciação acerca de sua contribuição teórica para o marxismo. Numa nota ao *Ludwig Feuerbach* reconhecia ele a superioridade teórica de Marx. “Marx tinha mais envergadura, via mais longe, observava mais e com maior rapidez que nós todos juntos. Em suma, Marx era um gênio (...). Sem ele a teoria nunca seria o que é hoje”. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, Ed. Fulgor, 1962.

a Engels, devem entrar em ação temas e problemas que resultam da posição elaborada em comum pelos dois autores”.¹²

Desta forma, não se pode senão discordar de AGF quando afirma: “A idéia da qual partimos é de que Marx e Engels não perceberam as ‘tensões’ divergentes de suas concepções porque historicamente não poderiam mesmo perceber” (pág. 95). Entende AGF que, assoberbados pelo combate que tratavam contra o “dogmatismo idealista”, não poderiam Marx e Engels perceber as diferenças existentes entre os pressupostos teóricos e filosóficos sobre os quais se erigiam suas respectivas obras. Na verdade, pretende AGF mostrar que Marx não se deu conta do “dogmatismo naturalista” presente nos trabalhos de Engels. Neste momento, a genialidade de Marx —tantas vezes invocada em detrimento da capacidade intelectual de Engels— estava, assim, comprometida por “circunstâncias históricas”. Bem se sabe, contudo, que nenhuma circunstância histórica ou qualquer tipo de “bloqueio mental” impediriam Marx e Engels de polemizar intensamente contra as ideologias dominantes no seio da cultura burguesa de suas épocas (positivismo, materialismo vulgar, empirismo, agnosticismo).¹³ Desta forma, ao contrário do que supõe AGF, a luta teórica empreendida por Marx e Engels não se reduziu apenas ao combate ao chamado “idealismo dogmático”.

Embora ninguém ouse afirmar que Marx foi complacente para com a obra de seu velho amigo, insinuà-se, assim, que os árduos e urgentes combates do presente foram responsáveis pelo fato de Marx ter sido um mal leitor de Engels... Marx teria, por exemplo, denunciado e ridicularizado o positivismo de Comte,

¹² Schmidt, Alfred, *El concepto de naturaleza en Marx*, Siglo XXI, 1976, pág. 2.

¹³ A carta de Marx a Engels (7 de julho de 1866) onde classifica a obra de Comte como “positivismo medroso” é representativa deste combate.

mas teria sido incapaz de ver —a um palmo de seu nariz— o vulgar materialismo positivante de seu companheiro de armas!

Negando o argumento que vê ambiguidades ou “erros” nas avaliações feitas por Marx sobre a obra filosófica de Engels, sustentamos que a colaboração intelectual entre os dois pensadores foi de tal natureza que havia um profundo e íntimo conhecimento de tudo o que cada um realizava individualmente. A discussão e a troca constante de informações —tal como revela a copiosa correspondência entre ambos— é uma prova da qualidade e do rigor daquela colaboração teórica.

Deve-se ainda assinalar, que nenhum intérprete do marxismo oferece qualquer prova (livro, ensaio, carta etc.), escrita por Marx, onde se façam quaisquer reparos ou objeções ao projeto teórico e aos trabalhos filosóficos desenvolvidos por Engels. Pelo contrário, nos *textos escritos por Marx* só encontramos referências favoráveis às iniciativas de Engels no campo da Filosofia.¹⁴

Creemos que uma citação de E. Hobsbawm sintetiza de forma exemplar os comentários acima expostos: “(...) ao reconhecer que os dois pensadores não eram irmãos siameses e que (como Engels reconhecia) Marx era o pensador mais profundo, deveremos manter-nos em guarda contra a tendência moderna de confrontar Marx com Engels, geralmente com desvantagem para o segundo. Quando dois homens colaboram tão

¹⁴ É sabido que Marx colaborou com um capítulo do *Anti-Dühring* e fez inúmeras anotações nos manuscritos de *A Dialética da Natureza*. Nas cartas a V. Liebknecht (7 out. 1876) e a W. Blos (10 nov. 1877) ressalta a importância da empresa de Engels ao escrever a *Dialética da Natureza*. Numa carta a W. Freud (21/1/1877), Marx revela igualmente seu interesse pela realização engelsiana no sentido de concluir “uma obra de filosofia da natureza”.

intimamente como o fizeram Marx e Engels, durante mais de quarenta anos, sem qualquer desacordo teórico de importância, é de presumir que um deles tinha pleno conhecimento do que estava na mente do companheiro. Sem dúvida, se Marx tivesse escrito o *Anti-Dühring* (publicado quando ainda vivia), seu texto seria diferente e talvez contivesse algumas novas e profundas sugestões. Mas não há razão alguma para crer que ele discordasse de seu conteúdo. Isto é aplicável aos trabalhos que Engels escreveu depois da morte de Marx”.¹⁵

A realidade de uma “certa participação independente”, autonomia relativa de Engels em relação a Marx, conforme assinalou o primeiro, parece ser um fato que os intérpretes anti-engelsianos não podem aceitar. Para estes, a história do pensamento marxista seria outra (mais fecunda e promissora, acreditam eles), caso Engels se recolhesse à verdadeira dimensão teórica que “merecia”: a de discípulo (aplicado) e a de divulgador (fiel) da obra genial de Marx... .

Marx & Engels: o desafio das Ciências da natureza

Citemos duas cartas:

“Querido Mouro: dissestes muito bem. Tu podes permanecer no cálido leito —ocupar-te das relações agrárias russas, em particular, e da renda territorial em geral, (...)— enquanto eu devo sentar-me em duro banco e fartar-me de vinho frio, interrompê-lo bruscamente e ajustar contas com esse pesado Dühring” (Engels a Marx — 28/5/1876).

¹⁵ Hobsbawm, Eric, “Introdução às formações econômicas pré-capitalistas”. In: Marx, K., *Formações econômicas pré-capitalistas*, Paz e Terra, 1975.

Numa outra carta, Engels assim definia a relação de trabalho mantida com Marx: “Em consequência da divisão de trabalho existente entre Marx e eu, tocou-me a tarefa de apresentar nossos pontos de vista na imprensa periódica, especialmente na luta contra as opiniões adversas; de modo que sobrasse tempo a Marx para a elaboração de sua obra maior”. Desta forma, o *Anti-Dühring* foi praticamente uma responsabilidade atribuída a Engels na luta teórica e ideológica que se travava no seio da social-democracia alemã. A insistência de Liebknecht, mais o apoio do próprio Marx, obrigaram Engels a assumir, como dizia ele, aquela “tarefa por demais ingrata”.

Deve ser igualmente assinalado que apesar de Engels ter dedicado mais anos de suas pesquisas às ciências naturais, isso não significava um menor interesse de Marx em relação àquelas áreas do saber. Pelo contrário, a extensa correspondência entre Marx e Engels e dos dois com outros pesquisadores revela, de forma inequívoca, que ambos sempre estiveram atentos a todas às descobertas e pesquisas que se realizavam no campo das ciências da natureza?¹⁶

¹⁶ Se as leituras científicas de Marx e Engels — fora do campo da História, da Economia Política, do Direito etc.— eram escassas e praticamente nulas até 1850, a partir daí elas se desenvolvem intensamente. Entre 1850-1860, Marx se ocupa das ciências da natureza (Física, Cosmologia, Geologia, Fisiologia). Durante este período, Engels se dedica preferencialmente às Matemáticas e à Física. De 1870-1880, intensificam-se as leituras de Engels na área das Ciências Naturais, cujos reflexos aparecerão nas suas obras: *Anti-Dühring*, *A Dialética da Natureza e Ludwig Feuerbach*. De 1877 até a sua morte, Marx retoma de forma mais sistemática suas leituras no campo das Ciências Naturais e Matemáticas. Como observou J.-P. Lefèvre: “É nesta época que Marx projeta escrever uma Dialética e Engels lamenta estar sendo constantemente solicitado pelos social-democratas e não poder, assim, concluir seus trabalhos teóricos”. Marx, K. & Engels, F., *Cartas sobre las ciencias de la naturaleza y las matemáticas*, Anagrama, 1975.

Como foi esclarecido pelo próprio Engels, coube a ele —em virtude de Marx estar inteiramente voltado para a elaboração de *O Capital*— enfrentar *como marxista* a problemática das ciências da natureza. Daí a força do argumento sustentado por E. Hobsbawm: Marx poderia ter sido o autor —embora o texto fosse necessariamente outro— do *Anti-Dühring*.

Os intérpretes anti-engelsianos do marxismo ocidental que sustentam ser o marxismo, fundamentalmente, uma “Ciência da História” (Materialismo Histórico ou, como pretende Colletti, urna “Sociologia crítica”) jamais chegam a enfrentar e contestar os inúmeros depoimentos de Marx onde o seu interesse pelas ciências da natureza é expresso de forma irrestrita e sem nenhuma ambiguidade. Para aqueles intérpretes, apenas sobra o duvidoso argumento de que Marx não escreveu sequer um ensaio sobre esta problemática... De outro lado, é preciso deixar assentado aqui que, apesar de toda a simpatia e incentivo demonstrados por Marx, a responsabilidade intelectual das obras que pretendem fundamentar o materialismo dialético —seja pelos seus erros, seja pelas suas virtudes— cabe exclusivamente a Engels. Contudo, o que negamos aqui é a simplicidade e a arbitrariedade da opinião, expressa por alguns comentadores, segundo a qual aqueles trabalhos assinados por Engels não pertencem ao campo do “marxismo autêntico”.

Como o próprio Marx reconheceria numa famosa carta, Engels sempre chegava antes do que ele na proposta de novas pesquisas científicas. (Este caráter precursor de Engels se verificou também na própria Economia Política). Outra qualidade intelectual de Engels foi a sua aguda “receptividade

para os fatos político-sociais e culturais novos”.¹⁷ Sua ousadia revelava-se na sua disposição de refletir, como materialista, sobre as novas questões e problemas suscitados pelos avanços científicos do século XIX, particularmente quando tinham eles consequências no plano da vida social. Ressalte-se ainda que — embora tenha revelado um interesse mais constante pelas ciências naturais e, talvez, ser mais dotado teoricamente para elas do que Marx— Engels tinha plena consciência dos riscos e dos perigos que teria pela frente, pois jamais afirmou ser um especialista naquelas disciplinas científicas.¹⁸ Contudo, os erros e os riscos, inevitáveis quando se penetra pela primeira vez num terreno relativamente desconhecido, valiam a pena ser enfrentados em virtude das exigências impostas pela luta em defesa do socialismo e do materialismo marxista —seja ao nível da prática social, seja ao nível do conhecimento científico.

O marxismo ocidental: a “debacle teórica” de Engels

Para alguns autores do “marxismo ocidental”¹⁹, além de vulgarizar e desnaturalizar o autêntico pensamento de Marx, Engels se aventurou numa empresa inútil e, até mesmo, negativa. Para Colletti, o marxismo não se constituiria numa nova filosofia. O materialismo de Marx se reduziria à ciência da História cujo estatuto teórico é funcionamento prescindiriam de uma “concepção do mundo”. Ou melhor, o marxismo não seria o conjunto de duas disciplinas articuladas, o materialismo histórico e o materialismo dialético, mas se reduziria, segundo

¹⁷ Carta de Marx a Engels (4/7/1864): “Tu sabes que: 1. eu sempre chego atrasado e 2. que eu sempre sigo tuas pegadas”. Nesta carta, além do caráter precursor, assinala-se também a sensibilidade de Engels para os novos fatos culturais.

¹⁸ Cf. Prefácio à 2.a edição do *Anti-Dühring*.

¹⁹ Tomamos aqui como referências teóricas dentro do marxismo anti-engelsiano as teses desenvolvidas por L. Colletti e A. Schmitt.

Colletti, à ciência e à crítica da sociedade burguesa (“Sociologia crítica”). Para o teórico italiano, de forma equivocada, Engels teria postulado uma filosofia marxista —o materialismo dialético; tese que seria retomada por autores os mais diversos: de Lênin a Plekhânov, de Stálin a Lukács (da maturidade). Defendendo um marxismo sem Engels, Colletti procura demonstrar que o materialismo dialético e, particularmente, a famosa “dialética da natureza”, nada mais seria do que nova versão da filosofia da natureza de Hegel e das estruturas da sua dialética (idealista).

Diz Colletti: “Esta filosofia (o ‘materialismo dialético’) aceita como materialista a ‘dialética da matéria’ pela qual Hegel realizava o idealismo absoluto”.²⁰ Em virtude de não ter compreendido que toda “dialética da natureza” é intrinsecamente hegeliana (idealista), Engels teria sido responsável por uma incrível “debacle teórica” dentro do marxismo: “tomou por ciência a metafísica, ou seja, a filosofia romântica da natureza; e por metafísica, a ciência efetiva, ou seja, a ciência experimental moderna”.²¹

Embora visando particularmente o *Diamat*, A. Schmidt faz uma vigorosa crítica do pensamento de Engels na medida em que veio a se constituir na base do materialismo dialético soviético. Afirma que a “metafísica sustentada até hoje pelo materialismo dialético soviético (Diamat)” se apoia sobre as teses desenvolvidas no *Anti-Dühring* e na *Dialética da Natureza*. Desfigurando o autêntico projeto de Marx, uma grosseira “metafísica da natureza” toma o lugar da análise

²⁰ Colletti, L., *Le marxisme et Hegel*, Ed. Champ Libre, 1976, pág. 199. Em virtude das dimensões e da natureza do presente ensaio, deixa-se aqui de se proceder a uma demonstração mais rigorosa do pensamento de Colletti. Idem no tocante à obra de A. Schmidt.

²¹ Idem, *De Rousseau à Lenine*, Gordon & Breack, Paris, 1972, pág. 192.

materialista histórica da sociedade burguesa contemporânea. Enquanto em Marx, natureza e história estariam indissolivelmente interligadas, para Engels constituem elas dois campos diversos da aplicação do método dialético. Afirma A. Schmidt: “A dialética se transforma naquilo que nunca foi em Marx: numa concepção do universo, num princípio positivo do mundo”. Mais adiante, ao negar que o marxismo autêntico seja —tal como o concebe o materialismo soviético— um hegelianismo materializado, assinala: “O materialismo marxista é (...) crítica é superação —ainda que com algumas motivações filosóficas— da filosofia enquanto filosofia. Orientado à totalidade histórico-social, pode chegar a se elevar acima da filosofia enquanto considera que as questões estritamente filosóficas (...) são algo derivado e mediato”.²²

Defendendo uma concepção que entende o marxismo fundamentalmente como práxis, nas últimas linhas de seu provocativo ensaio, conclui: “(...) o que Engels em seu escrito sobre Feuerbach define como ‘a questão decisiva de toda a filosofia’, a questão da- ‘relação do ser com o pensamento, do espírito com a natureza’, perde absolutamente sua importância, pois conceitos como ‘pensamento’ e ‘ser’, ‘espírito’ e ‘natureza’ —da mesma forma que os princípios de explicação das ciências naturais— são produtos da práxis, instrumentos com os quais os homens tratam de resolver não problemas eternos, mas sim problemas historicamente condicionados”.²³

²² Schmidt, A., *op. cit.*, pág. 222 (grifos nossos).

²³ Idem, *ibidem*, pág. 221/2. Mais adiante, afirma: “A natureza aparece sempre e somente no horizonte da história que, para dizer com ênfase, só tem a ver com os homens. Mas a história é, em primeiro lugar, e imediatamente práxis. O conceito de práxis, tal como se elabora nas *Teses sobre Feuerbach* é o conceito teoricamente mais importante de Marx”. Acerca da implicação idealista desta tese, discutiremos mais abaixo.

As teses de L. Colletti e A. Schmidt poderiam ser sintetizadas nas seguintes palavras de Timpanaro: “Em substância dizem o seguinte: a grande conquista gnoseológica e político-social de Marx consistia, de um lado, em haver compreendido que os homens por meio do trabalho entram em relações sociais e, do outro, em relações com a natureza; portanto, não existe conhecimento da natureza que não seja em função da transformação da natureza pelo homem. Uma vez chegados a este ponto de vista tão superior ao de toda a filosofia precedente, por que retroceder a uma filosofia da ‘natureza em si’? Por que produzir uma ‘novela filosófica da matéria’ entrando em competição com a filosofia schellingiana e hegeliana e com as toscas generalizações de positivismo”?²⁴

As objeções de L. Colletti e A. Schmidt às tentativas engelsianas de formular uma filosofia marxista seriam incorretas seja no plano teórico, seja no plano histórico. Teoricamente porque se fariam de um ponto de vista insuficientemente materialista; historicamente porque desconsiderariam o ambiente filosófico e científico que caracterizava a Alemanha e a Europa depois de 1850.

Diante das ideologias dos cientistas ou epistemologias não-materialistas (ou pouco materialistas) devia o marxismo tomar ou não uma posição teórica? A resposta de Engels foi positiva. Como enfrentar, pois, os materialismos (não dialéticos), o positivismo, o empirismo, o agnosticismo?

²⁴ Timpanaro, S., *op. cit.*, pág. 80. Este item e o próximo valem-se das interpretações acerca da obra de Engels propostas por: Timpanaro, S., *op. cit.*; Glucksmann, Christine, “*Hegel et le marxisme*”, *La nouvelle critique*, n.º 33, 1970 e Gerratana, Valentino, “*Interpretaciones dei ‘Anti-Dühring’*” In: *Investigaciones sobre la historia dei marxismo I*, Grijalbo, 1975.

A luta teórica nos trabalhos de Engels

Reconhecia-se que Moleschott e Büchner eram, do ponto de vista filosófico, inferiores a Feuerbach. Mas, a diferença estava em que o materialismo de ambos estava solidamente articulado na ciência da natureza. Este materialismo, que não se contentava em afirmar a prioridade do sensível sobre o espiritual, tinha pretensões mais amplas: explicar a sensibilidade — a inteligência e a moralidade — em termos exclusivamente biológicos. O caráter simplista e grosseiro deste materialismo revelava-se, assim: no desconhecimento da “segunda natureza” que o trabalho confere ao homem dentro do reino animal; a crença mistificada na ciência como solução das “enfermidades sociais” (desigualdades, injustiças sociais) negando-se, pois, a realidade da luta de classes. Observa Timpanaro que “a resposta a estas aberrações tinha que ser dada *a partir do materialismo*; não com uma simples reivindicação do elemento subjetivo, concebido ainda de forma espiritualista, como práxis incondicionada que somente encontraria seus limites nas condições ‘objetivas’ (externas) e não os encontrasse também no seu próprio fundamento físico-biológico”.²⁵

A segunda onda materialista surge com Darwin. Com o evolucionismo a historicidade deixava de ser característica peculiar da humanidade. Com ele também se recolocaria o problema da primeira natureza do homem, da origem da humanidade e de seu futuro desaparecimento. Embora também grosseiro e politicamente reacionário, o evolucionismo de Darwin teria o “mérito de se apresentar não somente como reflexão metodológica sobre a ciência, mas também como

²⁵ Timpanaro S., *op. cit.*, pág. 81.

reflexão sobre a situação e sobre as possibilidades do homem, tal como as apresentava a investigação científica”.²⁶

Ao lado destes materialismos, a partir de meados do século até o seu final, desenvolvia-se um empirismo desregrado, “tendendo ao agnosticismo e, inclusive, a coquetear com a religião”. Como materialista Engels buscou enfrentar todos estes desafios. Na *Dialética da Natureza*, advertia para o perigo dos cientistas, através de um estreito positivismo, caírem no “mundo dos espíritos” (religião, superstição) — ou seja, nas filosofias burguesas da ciência: “(...) fica demonstrado, de forma palpável, qual o caminho mais seguro para nos transferirmos do terreno da ciência para o misticismo. Já não se trata da extravagante teoria da filosofia da Natureza, mas sim do mais vulgar de todos os empirismos: o que despreza todas as teorias, o que desconfia de qualquer atividade do pensamento”.²⁷ De outro lado, era preciso combater a pretensão do materialismo vulgar de “aplicar a teoria da natureza à sociedade e reformar o socialismo”, conforme assinalou Engels naquela mesma obra.

Em nenhum momento seria justo, pois, o juízo de Colletti sobre a “debacle teórica” produzida por Engels: não seria verdade que tivesse este tomado por metafísica o “materialismo efetivo, ou seja, a ciência moderna”. Como acertadamente assinalou Timpanaro, “entre o marxismo e a ciência da segunda metade do século havia pelo meio os Dührings, ou seja, os apressados e incompetentes filósofos das grandes conquistas científicas”.²⁸ Igualmente deve-se lembrar que, nessa mesma época, muitos cientistas julgavam poder prescindir inteiramente da filosofia;

²⁶ Idem, *ibidem*, pág. 82.

²⁷ Engels, F., *A Dialética da Natureza*, Paz e Terra, 1979, pág. 237; mais adiante (DN).

²⁸ Timpanaro, S., *op. cit.*, pág. 84.

mas, como agudamente observou Engels na *Dialética da Natureza*, “os cientistas que mais insultam a filosofia são precisamente escravos dos piores resíduos vulgarizados da pior filosofia”.

Refletindo sobre esta mesma problemática, C. Glucksmann assinalou que, “(. . .) para Engels e Lênin, o materialismo dialético não é isolável do estado de desenvolvimento das ciências e convém ‘reler’ Engels neste sentido para mostrar que *as categorias filosóficas não são uma retomada direta e ingênua da filosofia hegeliana*: elas são reelaboradas à luz da epistemologia e da história das ciências de sua época”.²⁹ A recusa, hoje, dessa perspectiva de análise — relação materialismo/ciências da natureza — tem se traduzido na “dominância da filosofia dominante: o neopositivismo, o empirismo”. Ou, como pretende Timpanaro, na difusão de epistemologias de cunho subjetivista ou platonizante que negam a historicidade da natureza ao mesmo tempo que oferecem interpretações espiritualistas da mesma.

V. Gerratana observou que a acusação de dogmatismo que têm sofrido as obras filosóficas de Engels se explicaria, em grande medida, em virtude de uma certa interpretação difundida pela II Internacional: o *Anti-Dühring*, por exemplo, segundo esta versão, se constituiria num verdadeiro manual ou enciclopédia do marxismo. A partir desta interpretação, as obras de Engels passaram a ser vistas como exposições completas e sistemáticas dos “princípios teóricos fundamentais do socialismo científico estreitamente ligados a todos os aspectos principais da ciência ‘moderna’”.³⁰ Valendo-se de uma outra perspectiva — a do italiano A. Labriola —, V. Gerratana propõe uma “leitura de tipo

²⁹ Glucksmann, C., *op. cit.*, pág. 32 (grifos nossos).

³⁰ Guerratana, V., *op. cit.*, pág. 150.

metodológico” para uma compreensão adequada da obra engelsiana. Segundo Labriola, o *Anti-Dühring*, por exemplo, poderia se constituir no melhor antídoto contra o escolasticismo. Paradoxalmente, o famoso e polêmico capítulo sobre a “negação da negação” — que lido manualisticamente ensejou verdadeiras caricaturas da dialética — seria o melhor exemplo de procedimento crítico e científico: “(..). naquele capítulo Engels se preocupou, antes de tudo, em desmentir que o uso que Marx faz em *O Capital* da fórmula hegeliana da ‘negação da negação’ tivesse um valor demonstrativo e que a dialética pudesse ser empregada em qualquer circunstância como um substitutivo da investigação científica concreta”.³¹ Nesta mesma linha de argumentação, C. Glucksmann assinala: “(..) num dos textos que se poderia qualificar de hegeliano, visto que Engels retoma o famoso exemplo do crescimento biológico da semente ao fruto, afirma que a ‘negação da negação’, enquanto regendo o processo de desenvolvimento da natureza, nada nos ensina acerca ‘do processo de desenvolvimento particular’ deste mesmo crescimento biológico”.³²

De outro lado, deve-se ressaltar aqui que, em virtude da natureza de alguns escritos (eminentemente polêmicos) e do caráter fragmentário e incompleto de outros (caso típico de *A Dialética da Natureza*), os textos de Engels, conforme observou Lênin, não escaparam a uma “esquemática pedagógica”. Este fato consistiu em reduzir, por vezes, a dialética numa “soma de exemplos, em lugar de ver aí a ‘lei do conhecimento’”. Não se pode, igualmente, deixar de reconhecer que nos trabalhos de Engels encontramos ambiguidades e contradições. Mas, no fundamental, sua perspectiva teórica

³¹ Idem, *ibidem*, pág. 154.

³² Glucksmann, C., *op. cit.*, pág. 32.

nunca foi — como observaram Gerratana e Glucksmann — a de propor uma “dialética fora do desenvolvimento das ciências e da prática científica dos pesquisadores”. Tal como Lênin, Engels não defendia uma *dialética em geral* ou plenamente sistematizada que viesse, por exemplo, substituir a análise dos processos determinados e específicos, seja ao nível da sociedade, seja ao nível da natureza.

Novamente invoquemos as palavras de A. Schmidt, crítico da obra filosófica de Engels. Embora afirme que as “3 leis dialéticas” foram plenamente incorporadas pela teoria soviética, reconhece: “Por razões de equidade, devemos afirmar que Engels, diferentemente de seus seguidores atuais do Leste, de nenhuma maneira pensou em recomendar aos cientistas naturais a dialética como método imediato de investigação”.³³

Uma leitura mais atenta e criteriosa da obra filosófica de Engels — que a situe rigorosamente no seu contexto histórico específico, bem como leve em conta a sua natureza *eminentemente polêmica e crítica* — invalidará todas aquelas interpretações que pretendem nela ver a fonte dos erros e descaminhos sofridos pelo marxismo (“autêntico”, “revolucionário”); tais como: dogmatismo, naturalismo, fatalismo etc. Quanto à primeira crítica, vale lembrar a justa e aguda observação de Lênin, no *Materialismo e Empiocríticismo*: idealistas e agnósticos sabem muito bem que — para desqualificar teoricamente o materialismo — a melhor arma é (ainda) a acusação de dogmatismo.

Nesta mesma linha de argumentação, são extremamente pertinentes as conclusões de Timpanaro: “A desvalorização de Engels implica uma forma precisa de entender o marxismo. No século atual, cada vez que prevaleceu na cultura burguesa uma

³³ Schmidt. A., *op. cit.*, pág. 50.

certa orientação do pensamento — o bergsonismo, o crocianismo, a fenomenologia, o neopositivismo etc. — alguns marxistas levaram a cabo um esforço de ‘interpretação’ do pensamento de Marx que o fizesse mais homogêneo possível à filosofia predominante”.³⁴ Deve-se apenas acrescentar que esta operação de “homogeneização” frequentemente se faz em prejuízo dos fundamentos materialistas do pensamento marxista.

A concepção de práxis: os perigos do idealismo

No artigo de AGF, o chamado “dogmatismo naturalista” de Engels implicaria graves equívocos tanto no nível do pensamento quanto no da prática política revolucionária; entre outros, o “determinismo histórico”, a recusa da “dimensão subjetiva e criadora da práxis”, a redução da liberdade à “consciência da necessidade”. Pelo seu objetivismo metodológico, o “dogmatismo naturalista” engelsiano seria igualmente responsável pela crença na “inevitabilidade da revolução”. Ou, na formulação de Colletti: “visão fatalista da história humana”. Devem todos estes “erros” e “desvios” serem imputados aos escritos de Engels?

Sucintamente que seja, esboçemos a problematização destas questões.

Enquanto para Marx haveria um indissolúvel nexos entre causalidade e finalismo (cf. a famosa passagem de *O Capital* onde estaria invertida a relação causa/efeito),³⁵ em Engels a liberdade seria definida hegelianamente como “consciência da

³⁴ Timpanaro, S., *op. cit.*, pág. 71/72.

³⁵ L. Colletti discute esta famosa passagem de *O Capital* em *De Rousseau à Lenine*, a partir da pág. 126.

necessidade”. Residiria aí, para alguns intérpretes, a diferença fundamental entre o materialismo histórico (de Marx) e o “materialismo metafísico” (de Engels). Contudo, observa ainda Timpanaro que se fizermos uma leitura mais cuidadosa da obra de Engels — não nos limitamos, assim, ao capítulo sobre a *Liberdade* do *Anti-Dühring* — descobriremos que a “capacidade de referir os meios ao fim como característica peculiar do agir humano” também está ali presente. Na *Dialética da Natureza* pode-se ler o seguinte: “O homem, porém, quanto mais se afasta da animalidade, tanto mais sua influência sobre a natureza ambiente adquire o caráter de uma ação prevista, que se desenvolve segundo um plano, dirigida no sentido de objetivos antecipadamente conhecidos e determinados”.

Mais adiante, à guisa de conclusão, reafirma Engels: “O animal apenas *utiliza a Natureza*, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias, isto é, *domina a Natureza*. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e, por outro lado, é o trabalho que determina essa diferença”.³⁶ (Os itálicos são de Engels.)

Seriam necessários outros mais a fim de confrontar estas formulações com aquelas de AGF, quando solenemente estabelece (pág. 88): “Esta concepção (o “dogmatismo naturalista” de Engels — CNT) considera os homens como prisioneiros de leis que são mera extensão das leis naturais, pois são instituídas na produção estritamente material”. O que

³⁶ Engels, F., *A Dialética da Natureza*. As frases citadas são das págs. 222 e 223 da tradução brasileira.

deve valer aqui: as *palavras de Engels* ou a *interpretação a ele imputada por AGF*?

Na verdade, se levarmos em conta os 2 textos — o de Marx em *O Capital* e este *de Engels* —, ambos escritos no chamado “período de maturidade”, não parece haver distinções fundamentais entre as concepções dos dois autores sobre a relação entre a casualidade e finalismo no interior da prática social.

Mas, advertindo acerca dos perigos e das falácias de certas concepções (míticas) do livre arbítrio, Timpanaro ressalta a necessidade de nos socorrermos, uma vez mais, dos textos de Engels. É preciso ter presente que entre o objetivo visado e o resultado concreto de nosso agir sempre existe uma diferença. Esta diferença tende a aumentar quando estes resultados são mais distantes (em 2^a e 3^a instâncias) e “quando se examinam os efeitos derivados da combinação de muitíssimas vontades individuais”.

Reflexão, pois, rigorosamente materialista, sem falsos otimismo acerca da práxis humana. “Na grande margem entre resultados e intenções, viu Engels a prova de que a humanidade não havia saído, senão parcialmente, da fase ‘natural’, não havia ainda ‘saltado’ para o reino da liberdade”.³⁷

De outro lado, a fim de combater uma concepção que privilegia, de forma idealista, a chamada “dimensão subjetiva da práxis”, é preciso levar-se em conta que a vontade humana não é um “*primum* incondicionado”; ela é igualmente condicionada por causas biológicas, sociais, culturais etc. Engels, esclarece Timpanaro, “observa com razão que a inconsequência ‘não consiste no fato de que se reconheçam forças motrizes ideais,

³⁷ Timpanaro, S., *op. cit.*, págs. 105 e 106. Ver a respeito a “Carta de Engels a Bloch” (21/9/1890).

mas, sim, no fato de não se remontar destas às suas causas determinantes”.³⁸ Não se questiona, pois, a capacidade do homem — em virtude de seu desenvolvimento intelectual, possibilitado pelo trabalho — de criar projetos e de subordinar os meios aos fins que elege. O que se contesta, de um ponto de vista estritamente materialista, é a suposição de que a determinação dos fins seja *completamente arbitrária*, ou seja, *não causada*. Assim, torna-se duplamente enganoso identificar: de um lado, *liberdade* com as chamadas “condições subjetivas” de nosso agir; e, de outro, *necessidade* com as “condições objetivas”. A rigor, o elemento *necessidade* residiria *também* no próprio fator subjetivo. Daí afirmar o autor citado: “O *plus* que tem o homem frente ao animal é um *plus* de capacidade de prevenir e subordinar os meios aos fins, é também um *plus* da inteligência na determinação do fim, mas não é um *plus* de ‘arbítrio’ na opção entre diferentes fins”. Pensar de forma diferente é resvalar para alguma forma de idealismo.

Se uma leitura de tipo spinozista ou hegeliana é possível ser encontrada no *Anti-Dühring* — na medida em que a liberdade é aqui definida como “consciência da necessidade” —, outros textos e todos os trabalhos de natureza histórica produzidos por Engels invalidam inteiramente interpretações semelhantes àquela desenvolvida por AGF (para este, a obra filosófica de Engels recusaria “a dimensão subjetiva e criadora da práxis, absolutizando, assim, o conceito de *necessidade* — que passa a ser sinônimo de *inevitabilidade*” (pág. 88 — grifos de AGF).

Na mesma linha de argumentação desenvolvida por Marx no *18 Brumário*, assim se expressava Engels, numa carta a H. Starkenburg: “Não é verdade (...) que a situação econômica seja

³⁸ Idem, *ibidem*, pág. 107.

a causa, que ela só seja ativa e tudo o mais (político, jurídico, religioso etc.) passivo. Pelo contrário, existe um jogo de ações e reações sobre a base da necessidade econômica, que acaba sempre por se impor *em última instância*". Mais adiante, ressalta o papel da vontade humana na história: "Não se trata, portanto, como alguns imaginam por comodidade, de que a situação econômica produz um efeito automático. Ao contrário, *os homens fazem eles mesmos sua história*, mas num meio determinado que a condiciona, sobre a base de condições reais anteriores já existentes, entre as quais as relações que, por muito que possam ser influenciadas pelas relações políticas e ideológicas, continuam sendo, em última instância, as relações determinantes, constituindo o fio condutor que as une e que é o único que nos conduz à compreensão das coisas".³⁹

Afirmar que daqui se poderia extrair uma concepção rigidamente determinista⁴⁰ ou que recusaria a "dimensão subjetiva da práxis" implica, a nosso ver, em fazer coro com as críticas, típicas do anti-marxismo, que sentem um verdadeiro "horror ao materialismo". Exaltar a vontade e a liberdade humanas ao ponto de escamotear o postulado marxista da "determinação em última instância da base material" — bem com ignorar o fato de que a escolha entre os fins não é

³⁹ "Carta de Engels a H. Starkenburg" (25/1/1894) (grifos nossos). In: Marx, K & Engels, F., *Cartas filosóficas e outros escritos*, Grijalbo, 1977, págs. 45/46.

⁴⁰ As acusações que frequentemente Engels recebe de "grosseiro determinista" não se sustentam diante de categóricas explicações que ele forneceu, em algumas de suas cartas, acerca do método materialista. Ver particularmente as "Cartas": a C. Schmidt (27/10/1890); a Bloch (2/9/1890); a F. Mehring (14/7/1893). Seria Marx também vulgar determinista com o seu famoso *Prefácio* (1859) à *Crítica da Economia Política*? Como observa Timpanaro, muitos intérpretes do marxismo gostariam de ver este texto assinado por Engels!

absolutamente arbitrária —, só pode comprometer a teoria materialista da história fundada por Marx e Engels.

A relação homem/natureza na perspectiva materialista

Como última questão deste artigo, examinemos, sumariamente que seja, um outro tema implícito no ensaio de AGF: relação homem/natureza na perspectiva marxista.

Neste ponto, a coincidência entre AGF e os demais intérpretes anti-engelsianos do marxismo ocidental é quase completa. Afirma AGF: “(...) a natureza, ao produzir criatura tão pretenciosa, recebe desta o castigo, na forma de uma traição irrecuperável: é rebaixada a objeto do homem. A natureza, que era objetividade por si mesma, ao fecundar a consciência torna-se para ela apenas anterioridade e enigma a desvendar, para que seja fundada historicamente a realidade humana sob a égide da práxis” (pág. 82).

De outro lado, afirma A. Schmidt: “O mundo objetivo não é um em-si simplesmente refletido, mas, sim, em ampla medida, é um produto social”. L. Colletti, num comentário à obra do mesmo S. Schmidt, assinala: “Em Marx, a natureza sempre aparece no horizonte da história humana, em relação com a produção social e, por isso, com objeto da análise materialista-histórica”.⁴¹

Estas interpretações, que se inspiram nos *Manuscritos* e nas *Teses sobre Feuerbach*, implicam a superação do clássico postulado materialista da sujeição do homem à natureza; igualmente é se levado a supor que a questão da “reconciliação

⁴¹ Colletti, L-, “Prefácio ao livro de A. Schmidt”. In: A. Schmidt, *op. cit.*, pág. 231.

da humanidade com a natureza” — um dos temas centrais do pensamento marxista — esteja inteiramente subordinada à problemática da “reconciliação dos homens entre si”. Para AGF, por exemplo, a natureza — ao ser “apropriada” para “a produção histórica da realidade humana” — é “rebaixada a objeto do homem”. Tudo parece indicar que, mediante a práxis, a natureza, ao se transformar apenas em “anterioridade” - e “enigma a desvendar”, já não se apresenta mais nem como um “ser estranho” nem como uma realidade hostil à atividade humana. Através da práxis — independente do modo de produção dominante na sociedade —, o homem parece já reconciliado com a natureza, pois a história natural se integrou plenamente na história humana.

Como observou G. Prestipino: “O ‘marxismo ocidental’ (...) procura acentuar a dependência da realidade natural em relação à sociedade até dissolvê-la inteiramente numa expressão (...) da historicidade própria do agir humano”.⁴² Razão parece ter o mesmo autor quando afirma que o “fator histórico-cultural” que estaria por detrás de pensadores como Lukács (da *História e consciência de classe*), Korsch e os da Escola de Frankfurt seria o neo-idealismo. Juízo que pode ser perfeitamente atribuído ao ensaio que aqui criticamos, pois, para AGF, a natureza — ao se tornar objeto do conhecimento humano — perde a sua autonomia face à realidade humana. Não nos parece que uma “ontologia materialista” possa se satisfazer com um vago postulado da “anterioridade” da realidade natural, como repete AGF. Embora possa ser transformada pela práxis humana, através da ciência e da técnica, a natureza — a não ser de um ponto de vista idealista — não perde a sua autonomia, nem mesmo a sua objetividade

⁴² Prestipino, G., *El pensamiento filosófico de Engels*. Siglo XXI, 1977, págs. 175/6.

diante da realidade humana, seja na sociedade capitalista, seja na sociedade comunista.

De um ponto de vista estritamente materialista, incorporar a natureza à atividade produtiva do homem não implica necessariamente “eliminar a sujeição do homem à natureza”. Significa, isto sim, em determinadas condições, *saber administrar* esta sujeição; ou seja, num sentido baconiano, pode-se afirmar que “a natureza somente nos obedece se nós a obedecemos”.⁴³

Nas palavras de Engels, para o escândalo de voluntaristas e humanistas não-materialistas: “A liberdade não consiste em sonhar a independência em relação às leis da natureza, mas sim no conhecimento destas leis e na possibilidade, ligada a tal conhecimento, de fazê-las agir segundo um plano em vista de um fim determinado”.

No *Anti-Dühring* e na *Dialética da Natureza* — retomado um tema presente no *Manifesto* —, Engels “compara o uso capitalista da Ciência com a aventura do aprendiz de feiticeiro, capaz de desencadear antigas e novas forças da natureza, mas incapaz de dominá-las. Enquanto a regulação científica das forças naturais não for *complementada* pela regulação racional das relações sociais de produção, estas forças agirão apesar de nós e contra nós e (...) nos dominarão”.⁴⁴ O avanço técnico-

⁴³ Timpanaro, S., *op. cit.*, pág. 109. J. Habermas, distanciando-se das conclusões da Escola de Frankfurt, “reconhece em Marx o conceito de uma natureza autônoma a quem (como dizia Bacon) tem-se de obedecê-la para poder dominá-la”. Cf. Prestipino, G., *op. cit.*, pág. 168, n.º 14.

⁴⁴ Prestipino, G., *op. cit.*, pág. 158. No *Anti-Dühring* e *Dialética da Natureza* encontram-se eloquentes páginas onde são denunciados os malefícios e as destruições provocados pela utilização e expansão irracional das forças produtivas. No capitalismo, “a cidade industrial converte todas as águas num hediondo líquido”. Engels fala do “envenenamento do ar, da água, da terra”. Indicações de uma

científico» embora se constitua numa condição material indispensável para o controle da natureza, não garante por si mesmo o fim de todas as alienações sociais (o “reino da liberdade”). Para que isso venha a ocorrer efetivamente na realidade humana, torna-se necessário que o progresso técnico e científico seja complementado por novas relações de produção — onde inexistam quaisquer formas de dominação e opressão sociais.

Desta forma, para os clássicos do marxismo, a possibilidade de reconciliação entre história humana e a história natural *aumenta consideravelmente* na medida em que cessem os antagonismos sociais. Não se afirma, contudo, que na sociedade sem classes a natureza passa a ser *inteiramente* controlada pelo homem, submetendo-se integralmente aos seus projetos e desígnios. *Mesmo na sociedade comunista persiste a luta do homem com a natureza;*⁴⁵ a partir deste novo

bibliografia de orientação marxista sobre o problema ecológico encontram-se nos caps. IX e X do livro de G. Prestipino. Timpanaro observa que em Engels (particularmente na *Origem da Família*) pode ser assinalado um “espírito rousseauista e fourierista” onde se faz a “crítica da civilização e das suas hipocrisias estendendo estas do plano econômico-social ao plano das relações sexuais e da instituição familiar: um plano no qual Engels estava muito mais livre de preconceitos e mais futurista do que Marx”.

⁴⁵ Para Marx, a luta do homem com a natureza independe do modo de produção: “Da mesma maneira que o selvagem deve lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para conservar e reproduzir sua vida, também deve fazê-lo o homem civil e deve fazê-lo em toda forma de sociedade e sob todos os modos de produção”. O *Capital*, livro III. Apud Gerratana, op. cit., pág. 141. Contudo, esta não parece ser a compreensão dos “filósofos da práxis”. A partir da realidade humana, “fundada sob a égide da práxis”, como nos assevera AGF, não se concebe mais a existência da luta do homem com a natureza, pois, através daquela “fundação”, nada mais há a ser reconciliado! Nas palavras de nosso autor, a natureza passa a ser simplesmente “enigma a decifrar”.

momento na história da civilização, criam-se, isto sim, as condições (objetivas e subjetivas) para que a natureza — *embora mantendo ainda a sua autonomia* — venha a ser gradativamente *humanizada*. Como assinalou Gerratana: “Um modo de produção no qual tenham desaparecido os antagonismos de classe (e no qual, portanto, o homem como ser biológico, como indivíduo psicofísico, não mais seja o suporte passivo de relações sociais que o transcendem) *permite submeter ao controle comum dos produtores associados a luta destes com a natureza* e, por conseguinte, dominar as condições nas quais tais produtores devem estar sujeitos às leis naturais. Unicamente neste modo de produção poderá haver uma conexão real entre história humana e história natural, entre materialismo histórico e materialismo das ciências naturais”.⁴⁶

Concluímos. O repto que AGF lança aos marxistas brasileiros no sentido de produzir, aqui e agora, o “Anti-Engels” — se não for entendido como uma mera *boutade* teórica— implica, como foi assinalado, uma certa interpretação do marxismo.

Lançar fora as inestimáveis propostas de pesquisas filosóficas contidas nas obras de Engels e desconsiderar o valor heurístico nelas existente só pode comprometer o projeto de se constituir uma filosofia rigorosamente materialista. Embora contenha ambiguidades e imprecisões teóricas e científicas é, contudo, da obra de Engels que se deve partir a fim de se poder enfrentar os idealismos dentro das ciências modernas, bem como combater as equívocas concepções políticas inspiradas em algumas filosofias da práxis, de duvidoso conteúdo materialista.

Este é o “castigo” exemplar desde o momento que se instaura o reinado da práxis humana...

⁴⁶ Gerratana. V., *op. cit.*, pág. 141.